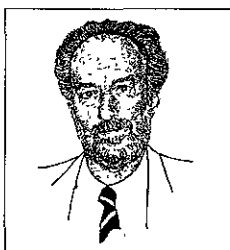


WASHINGTON NOVAES

Estratégia para tempos novos

Muitos acontecimentos apontam a necessidade de profunda alteração nas estratégias brasileiras, para que o país possa adequar-se a situações e necessidades novas – sob pena de, não o fazendo, não se preparar e enfrentar contingências que podem ser dramáticas. Essa mudança exige principalmente – como já foi reiterado neste espaço –



Temos de ser competentes se quisermos evitar o debate da Amazônia internacional

incluir a questão ambiental como um dos fundamentos dessas estratégias, se não o principal.

Há poucas semanas, como divulgou este jornal, veio a público relatório denominado “Tendências Globais”, em que os serviços de inteligência dos EUA expuseram as questões ambientais como um dos pontos centrais da problemática e dos conflitos globais em meados da próxima década. Disponibilidade de água (que se tornaria escassa para metade da humanidade) e alimentos, mudanças climáticas, desastres “naturais” e disseminação de doenças, segundo o relatório, são fatores que afetarão profundamente a segurança dos EUA. E, se é assim, pode-se supor que condicionarão as políticas daquele país, afetando o mundo, o Brasil incluído.

Poucos dias depois, veio à luz em Xangai, na China, o novo relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC), integrado por mais de 500 cientistas de quase 200 países. Com uma definição ainda mais grave do que se esperava sobre as

perspectivas nessa área. Neste século, diz o relatório, a temperatura da Terra poderá subir entre 1,4 e 5,8 graus centígrados. E isso pode ter como consequências secas terríveis, inundações dramáticas, ciclones, furacões, derretimento das geleiras e elevação do nível dos oceanos entre 0,5 e 1 metro – com a conseqüente inundação das áreas costeiras do mundo, onde vive a maior parte das pessoas. E o desaparecimento dos chamados países insulares.

Semanas antes, viera a público o relatório “Planeta Vivo”, do WWF e Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, comentado neste espaço. Já consumimos 42,5% além da capacidade de restauração do planeta (considerando alimentos, materiais e energia). Esse déficit aumenta 2,5% ao ano. E, se toda a humanidade passar a consumir como os habitantes dos países industrializados (19% da população total), precisaremos de três planetas como o nosso, não de um. De qualquer forma, já estamos insustentáveis.

Passando a nosso quintal, estudo de pesquisadores do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia e das Universidades de Oregon e Michigan previram que entre 28% e 42% da floresta amazônica desaparecerão se for consumado o avanço da frente agropecuária decorrente das iniciativas reunidas no projeto “Avança Brasil”. Isso, apesar de um relatório recente Bird/Imazon haver diagnosticado

que 83% dos solos amazônicos são inadequados para a agropecuária (há pesquisadores brasileiros que falam em até 98%).

Outro estudo, do biólogo Carlos Peres, da universidade britânica East Anglia, mostra que o rigoroso El Niño de 1997/98 reduziu dramaticamente a capacidade de grande parte da Amazônia resistir ao fogo.

Nos EUA, estudo do Hadley Centre for Climate Prediction and Research, de Hackness, assegura que, se a temperatura da Terra continuar subindo, se vai reduzir o atual balanço favorável de carbono da floresta amazônica (absorve mais que emite carbono na fase de crescimento das árvores). E já se sabe que a temperatura local será mais alta, se prosseguir o desmatamento. Como será mais alta a temperatura global (mais 0,25 grau centígrado por década), segundo o National Centre for Atmospheric Research, de Boulder, EUA.

Em 20 anos, de 1978 a 1998, o desmatamento na Amazônia passou de 152,2 km² (3% do total) para 551,78 mil km² (11%). Em 1999, foi de 16.926 km². Em 2000, estimativas preliminares falam em redução de 35%. Ainda assim, serão uns 11 mil km². (Com 17 mil km²/ano chegar-se-ia a 2020 com 25% da Amazônia legal desmatados.)

Não será com indignação a tentativas de desqualificar autores de estudos – como fizeram há pouco os ministérios de Ciência e Tecnologia e Planejamento – que se dará bom encaminhamento a essas questões. Nem anunciando que os projetos do “Avança Brasil” já estão sendo revistos pelo ângulo ambiental – quando estão entre os de maior índice de execução orçamentária, embora vários (como os das hidrovias) nem sequer tenham estudo de impacto ambiental aprovado.

Se não quisermos ser envolvidos num indesejável debate sobre internacionalização da Amazônia (pela repercussão global de seus problemas) e questões periféricas a essa, teremos de ser competentes. E isso exige mudança de estratégias.

Precisaremos começar colocando a questão ambiental no centro e princípio de todas as discussões. Em relação à Amazônia, admitir de saída aquilo que praticamente toda a comunidade científica sabe e afirma: não é região com vocação agropecuária, não serve para isso, é preciso encontrar ali outras formas de atividade econômica.

Depois, aceitar propostas que têm sido feitas por muita gente, algumas em estudos recentes como do WWF: 1) concluir o diagnóstico econômico/ecológico (porque há muitas amazônias, não apenas uma, e é preciso definir o que convém a cada uma); 2) cumprir o compromisso governamental de proteger imediatamente pelo menos 10% da floresta; 3) implantar um programa de exploração florestal certificada; 4) condicionar financiamentos e créditos oficiais à adequação ambiental de projetos; 5) repensar o “Avança Brasil”; 6) redefinir a visão dos projetos extrativistas e incluir em sua contabilidade um crédito para conservação florestal (para viabilizá-los).

Se não for assim, a imagem de uma Amazônia “ferida, sangrando” – tal como aparece no mosaico do satélite da Embrapa Monitoramento, descrito por Liana John neste jornal há poucas semanas – será cada vez mais dramática. Assim como será cada vez mais forte nossa imagem de incompetentes. Com tudo que isso possa acarretar.

■ Washington Novaes é jornalista
e-mail: novaes@ih.com.br